

TRABALHO DOCENTE, AVALIAÇÃO E INCLUSÃO: O ESTUDO DE UMA REALIDADE

TEACHING WORK, EVALUATION AND INCLUSION: A STUDY OF A REALITY

TRABAJO DOCENTE, EVALUACIÓN E INCLUSIÓN: UN ESTUDIO DE UNA REALIDAD

José Leonardo Diniz de Melo Santos¹

Resumo: A educação inclusiva é um tema de grande relevância, especialmente no que diz respeito aos educadores que precisam estar preparados para essa prática. Sem dúvida, é um dos maiores desafios da sociedade, pois afeta não apenas as pessoas com deficiência, mas também suas famílias, a comunidade e as instituições de ensino. Evidencia-se também um breve conceito de inclusão social, necessidades educacionais especiais e integração. Para que haja de fato uma educação inclusiva é imprescindível que os professores busquem capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada. Com base nesta contextualização, o objetivo deste artigo é entender como ocorre o processo de inclusão no contexto do âmbito educacional em relação a sua atuação e os aspectos relacionados com a docência. Para tanto, a metodologia utilizada esteve sendo um levantamento bibliográfico e de caráter qualitativo a partir da abordagem realizada com uma fundamentação teórica, onde através do qual se percebe a importância da educação inclusiva. Por fim, a inclusão implica uma mudança nas políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Inclusiva; Crianças; Escola; Família.

Abstract: Inclusive education is a highly relevant topic, particularly regarding the need to prepare educators for inclusive pedagogical practices. This process represents a challenge for society, involving not only people with disabilities, but also their families, communities, and educational institutions. This article aims to understand how the inclusion process occurs in the educational context, considering teaching practices and aspects related to pedagogical work. A qualitative bibliographic study was conducted, based on theoretical references concerning social inclusion, special educational needs, and integration. The findings highlight the importance of teacher training, professional development, and continuing education for the effective implementation of inclusive education. It is concluded that inclusion requires changes in educational policies and in the implementation of educational projects and pedagogical practices, promoting a transition from exclusionary models toward truly inclusive education.

Keywords: Inclusion; Inclusive Education; Children; School; Family.

Resumen: La educación inclusiva constituye un tema de gran relevancia, especialmente ante la necesidad de preparar a los educadores para desarrollar prácticas pedagógicas inclusivas. Este proceso representa un desafío para la sociedad, involucrando no solo a las personas con discapacidad, sino también a sus familias, comunidades e instituciones educativas. Este artículo tiene como objetivo comprender cómo se desarrolla el proceso de inclusión en el contexto educativo, considerando la actuación docente y los aspectos relacionados con la práctica pedagógica. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, fundamentada en referencias teóricas sobre inclusión social, necesidades educativas especiales e integración. Los resultados evidencian la importancia de la capacitación, el perfeccionamiento y la formación continua de los docentes para la implementación efectiva de la educación inclusiva. Se concluye que la inclusión requiere cambios en las políticas educativas y en la implementación de proyectos y prácticas pedagógicas, promoviendo la transición de modelos excluyentes hacia una educación verdaderamente inclusiva.

Palabras clave: Inclusión; Educación Inclusiva; Niños; Escuela; Familia.

¹ Doutorando em Educação pelo Centro Internacional de Pesquisa Integralize. Mestre em Educação, Culturas e Identidades, advogado com Licenciatura em História e Especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Formação Docente para EaD, Docência Virtual e Presencial no Ensino Superior, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho.

1 Introdução

O conceito de inclusão fundamenta-se na trajetória da Educação Especial, que se originou na batalha de indivíduos com deficiência pelo direito à educação. Essa batalha tem início no século XVI, impulsionada por médicos e educadores que confiavam na habilidade das pessoas tidas como fora dos padrões. Desde esse ponto, o assunto tem se tornado cada vez mais relevante em pesquisas e debates relacionados à educação, além de remeter à forma como a educação tem sido concretizada em relação aos direitos e deveres dos cidadãos.

Assim, a inclusão escolar permite que pessoas com necessidades especiais interajam por meio da convivência, o que as ajuda a se desenvolver por meio de relações de aprendizagem. No entanto, os benefícios educacionais se estendem a todos os participantes do processo, incluindo professores, gestores, funcionários administrativos e alunos que não têm necessidades especiais. Todos aprendem a conviver de forma harmoniosa e respeitando as diferenças, o que resulta em benefícios nas áreas social, humana e intelectual.

Com base nesta contextualização, o objetivo deste artigo é entender como ocorre o processo de inclusão no contexto do âmbito educacional em relação a sua atuação e os aspectos relacionados com a docência, levantando a seguinte problemática de pesquisa: Como estão sendo incluídas crianças com necessidades especiais no ambiente educacional e quais as principais dificuldades encontradas pelos docentes e soluções que podem ser desenvolvidas para uma verdadeira inclusão na atualidade?

Sabendo que o direito à aprendizagem de qualidade e os desenvolvimentos desses educandos, tem o posicionamento dos docentes da instituição que a criança está inserida. Portanto o direito a educação se estende para todas as pessoas, independentemente das suas características e necessidades especiais apresentadas.

É importante analisar como ocorre no âmbito escolar o processo ensino-aprendizagem e a inclusão da criança autista, como esses processos de ensino, inclusão e aceitação são elaboradas e pensadas por profissionais, como também são desenvolvidas estratégias para o melhor desenvolvimento, quais os serviços dispostos ao educando e ao educador, serviços esses que deverá servir de apoio aos mesmos, assim com ajuda a criança terá um bom desenvolvimento e uma boa socialização.

Dessa forma, é responsabilidade dos educadores buscar novas atitudes e competências que possibilitem entender e agir nas diversas situações que encontram, além de contribuir para a criação de uma proposta inclusiva. Isso garante mudanças significativas baseadas nas oportunidades e com uma perspectiva positiva em relação às pessoas com necessidades especiais. Para alcançar os objetivos da inclusão, é necessário promover mudanças no processo dentro do ambiente escolar, por meio de uma reflexão comprometida e responsável dos envolvidos em relação à realidade inclusiva.

Para que ocorra um ensino-aprendizagem de qualidade e de total importância é necessário que os educadores conheçam seus educandos e que esses profissionais possam passar

por processos formativos para que possam promover um ensino de qualidade e significativo a esses alunos.

2 Procedimentos metodológicos

2.1 Área De Estudo

Os procedimentos metodológicos, os quais compõem a conjuntura do presente estudo, é composto por meio de uma revisão integrativa da literatura busca assim trazer os pontos principais acerca da temática proposta, através do levantamento de informações sobre o assunto proposto, tomando como base critérios explícitos, com a finalidade de identificar, avaliar e interpretar o conhecimento já produzido por outros pesquisadores (Gil, 2019).

Diante disso, serve para reconhecer e dar crédito à criação intelectual de outros autores ou abrir um espaço para evidenciar que seu campo de conhecimento já está estabelecido, mas pode e deve receber novas pesquisas; ou ainda, emprestar ao texto uma voz de autoridade intelectual. Iniciou-se com a leitura e seleção de itens de levantamento bibliográfico, acompanhado do destaque de ideias e autores que melhor abordam a temática proposta.

Com base em tal afirmativa, há de salientar que os aspectos da fundamentação teórica procuram abranger o levantamento de estudos sobre o tema, com o objetivo de realizar uma análise crítica e abrangente da literatura, por meio de um processo completo de seleção, avaliação e síntese de evidências.

2.2 Coleta De Dados

Neste tópico, cabe ressaltar que o processo de coleta de dados, necessita ser desenvolvido por uma pesquisa bibliográfica que consiste nos aspectos que estão relacionados mediata um processo de investigação de dados de estudos realizados utilizando fontes que foram utilizadas.

Sendo assim, é importante exemplificar usando por meio da fundamentação teórica, em que as bases de dados pesquisadas foram: Scielo, Pubmed, Google acadêmico, Periódicos Capes, além de livros específicos sobre o assunto.

Ainda é salutar constatar que os critérios de inclusão dos estudos na presente revisão foram: artigos originais que contemplam os descritores acima e que englobam de maneira direta a ação dentro do âmbito educacional.

2.3 Análise de Dados

Este estudo é visto de um modo descritivo quando nesse contexto o pesquisador obtém os dados através de uma maneira sistemática e padronizada, pois, tem como objetivo realizar uma análise geral acerca das reais características e costumes como uma forma de relatar o objeto de estudo e assim demonstrar a sua influência no que se refere ao segmento geral da pesquisa (Gil, 2019).

Enfim, exemplificado assim que a pesquisa é estruturada por meio de um modo descritivo quando nesse contexto o pesquisador obtém os dados através de uma maneira que seja vista como sendo sistemática e padronizada, pois, tem como objetivo realizar uma análise geral acerca das reais características e costumes como uma forma de relatar assim o objeto de estudo e assim demonstrar a sua influência no que se refere ao segmento geral da pesquisa (Gil, 2019).

3 Fundamentação Teórica

A Educação inclusiva visa proporcionar oportunidades iguais a todos os indivíduos presentes no ambiente escolar, sem distinção de cor, gênero ou condição física e intelectual. Todos têm o direito de participar ativamente do seu processo de aprendizado, com o objetivo de se desenvolverem totalmente. Este direito é garantido pela Constituição Federal de 1988, que define a educação como um direito universal e uma obrigação do Estado, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos indivíduos. Ademais, assegura igualdade de oportunidades para o ingresso e a continuidade na escola (Brasil, 1988).

Para que isso se concretize, os espaços educativos precisam proporcionar igualdade de oportunidades, reconhecendo que cada indivíduo aprende de um jeito e de acordo com suas particularidades. Ademais, é essencial disponibilizar instrumentos e táticas pedagógicas para o crescimento completo, contando com profissionais qualificados. Deve-se enfatizar que os estudantes com deficiência não precisam de métodos específicos, pois todos fazem parte do mesmo contexto e devem aprender de forma semelhante, com eventuais adaptações, se necessário.

A partir disso, vale ressaltar que a escola é reconhecida como um lugar que proporciona às crianças a existência de uma possibilidade de integração social, proporcionando com que a criança tenha contato com outros sujeitos que não são do seu âmbito familiar de tal forma que consiga contribuir para o seu desenvolvimento social.

Vygotsky (2011), defende a não segregação dos alunos com necessidades especiais, e a interação social entre grupos heterogêneos, sendo fundamental para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem.

A inclusão da criança com necessidades especiais no meio escolar deve ser feita com um objetivo de cessar os preconceitos, porque ela também é capaz de aprender e desenvolver novas habilidades e de interagir com o meio que estar. Os educandos são singulares tanto dentro da organização social na qual vivem quanto no contexto escolar onde estão matriculados (Freire, 2013).

Portanto as crianças que apresentam algum tipo de transtorno, são crianças que possuem uma natureza singular, se destacam como seres que são capazes de pensar e sentir, essas capacidades é no social e no seu jeito de ser, ou seja, seu jeito próprio.

3.1 Ludicidade e educação inclusiva

O docente é visto literalmente como uma peça crucial no que se refere ao processo de contextualização, apoio no âmbito geral do diagnóstico e tratamento de alunos que possuem transtorno mediante a sua aproximação e nos aspectos que estão relacionados a rotina com os alunos e por ter contato de forma direta com alunos de níveis e comportamentos diversos, o que permite diretamente o processo no âmbito da identificação e comportamentos distantes de uma maioria.

Cáceres (2019) destaca também que é fundamental ressaltar que todas as pessoas são distintas, cada uma vivenciando experiências únicas, interagindo de maneira particular com o meio social, recebendo uma educação e cultura específicas de acordo com o ambiente em que vivem e possuindo diferentes tipos de inteligência. É por causa dessa abundância de diferenças que as pessoas são consideradas seres históricos e sociais, capazes de utilizar suas melhores inteligências tanto dentro quanto fora da sala de aula, tendo a capacidade de mudar o mundo e transformar a sociedade.

O ato lúdico é envolvido com o modo de brincar, jogar, fazer pinturas, entre outras ações e atividades as quais possam ser constituídas dentro de algo natural e universal de cada indivíduo. Essas ações são vitais e proporcionam assim de tal modo, alegria, diversão e prazer para todos aqueles que estão dentro deste tipo de atividade, além de favorecer de maneira direta e relevante para o desenvolvimento físico, intelectual, emocional, social do sujeito. Nisto, exemplificando diretamente que essas ações lúdicas são vitais e que se fazem presentes em todas as classes sociais, onde crianças de diversas faixas etárias possam brincar necessariamente e se divertir por meio da ludicidade no contexto do processo de ensino e aprendizagem.

Assim, é muito importante que se possa evidenciar, em que o pensar é algo crucial no lúdico como uma das mais importantes ferramentas de aprendizagem na infância, tendo como principal meio de integração e socialização da criança, é reconhecida como de extrema relevância, principalmente àqueles interessados nos aspectos que são relacionados dentro do processo de desenvolvimento infantil.

Com base neste contexto, é muito importante que se possa destacar que a escola é vista necessariamente como instituição educativa tem o compromisso de fazer com que essa prática lúdica de fato aconteça, pois é uma proposta metodológica que contribui de forma direta para que se tenha uma vida mais prazerosa e conseqüentemente mais significativa. Através do lúdico pode-se dizer que a escola estimula a criança para que se tenha assim uma melhor relação no que tange às suas relações com o seu ambiente social.

Diante da premissa abordada, pode-se constatar ainda que ao aliar as atividades lúdicas dentro deste tão importante processo, o qual é reconhecido de grande valia para que se tenha a ampliação de uma gama geral por meio de ações direcionadas no âmbito do ensino aprendizagem pode ser crucial para o desenvolvimento do aluno, um exemplo de atividade que desperta o interesse do aluno é o jogo.

Com base neste contexto, cabe ressaltar ainda que o processo lúdico por meio dos jogos não é visto apenas como uma forma de entretenimento, como também ferramentas as quais são cruciais dentro do processo geral para que se tenham assim todos os aspectos notáveis no âmbito do desenvolvimento intelectual. Entretanto, para preservar o equilíbrio com seu mundo, a criança necessita assim participar diretamente no processo de brincar, jogar, criar e inventar (Cáceres, 2019)

Nisto, sendo evidenciado que o ato de brincar, por meio da ludicidade é algo presente de forma direta no contexto da vivência da criança, sendo reconhecida como um modo dela interagir com o mundo de forma criativa e bastante saudável. Nesta premissa, destacando que as atividades lúdicas necessitam serem inseridas no âmbito da prática escolar, pois é por intermédio da brincadeira que a criança consegue necessariamente demonstrar os aspectos inerentes de toda a sua forma de comunicação, sua linguagem, os seus sentimentos e emoções (Jones, 2018).

Considerações estas que reforçam necessariamente a ideia de que o ato de brincar, para a criança, é representado como sendo uma das mais ricas e valiosas oportunidades para que se tenha o efetivo desenvolvimento e aprendizagem dentro do âmbito escolar. Já que é por intermédio desse ato simbólico que a criança compreende e transforma toda a sua realidade, trazendo métodos da ludicidade dentro do seu cotidiano (Grassi, 2019).

No âmbito da Educação Infantil, é importante argumentar que o processo de aprendizagem ocorre por intermédio das brincadeiras e da socialização das crianças com outras crianças, com os adultos e consigo mesma. Neste contexto, é importante ressaltar que esse desenvolvimento também ocorre no âmbito familiar e a função da escola é correlacionada diretamente em diversificar e ampliar as aprendizagens das crianças, direcionando assim de maneira intencional as atividades, brincadeiras, experiências e a todas as práticas que são propostas na escola (Grassi, 2019).

Com base nisso, é importante argumentar que a BNCC como referencial exemplifica seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças que são integrantes no âmbito da Educação Infantil. Sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.

Com base neste contexto, é fundamental ressaltar ainda a importância do docente como mediador na criação de ações intencionais para que a criança consiga vivenciar uma diversidade de experiências, de tal forma que possa se desenvolver ao longo dos anos. Diante disso, essas experiências podem consequentemente oportunizar momentos cruciais a ela para realizar observações e indagações, como é preconizado por meio da BNCC (Brasil, 2019).

Tomando como base as argumentações realizadas por Rezende (2017), na análise do seu artigo, o qual evidenciou que o processo de atuação com crianças especiais, se torna crucial e necessário por uma busca de uma educação inclusiva, mostrando assim a necessidade real em estar bem longe de rótulos e preconceitos.

Diante disso, torna-se fundamental que se possa reconhecer e procurar compreender da melhor maneira possível as particularidades e diferenças que cada indivíduo possui, de tal forma que consiga assim promover a sua formação educacional, proporcionando a possibilidade em promover mecanismos que sejam cruciais e sempre atender as suas necessidades individuais no processo de aprendizagem do âmbito escolar.

Rezende (2017) acrescenta que o jogo, em sua forma lúdica, deve permitir que a criança sintetize a informação à sua maneira, com a liberdade de que isso seja feito de forma alegre, divertida, prazerosa e sem restrições. Nesse contexto, é importante reconhecer que o educador deve intervir apenas para facilitar a compreensão da criança e promover a interação daqueles que têm dificuldades de concentração ou participação. O objetivo é garantir que o jogo consiga prender a atenção do aluno por completo, contribuindo assim para o seu desenvolvimento integral.

Entretanto, é possível salientar ainda que os aspectos que são concernentes dentro de interagir, realizar brincadeiras, utilizar brinquedos, são vitais no que tange as ferramentas que contribuem diretamente para que haja o desenvolvimento real da memória, a linguagem, a atenção, a percepção, a criatividade e a aprendizagem. Com base neste contexto, torna-se essencial exemplificar que quando a criança está brincando, ela consequentemente poderá maximizar todas as suas competências e habilidades, sendo pontos cruciais e imprescindíveis dentro de ações que estão interligadas mediante o seu desempenho profissional, dentre as quais é possível destacar: atenção, afetividade, concentração, dentre outras habilidades (Queiroz, 2021).

A ludicidade é algo fundamental, sendo reconhecido como um mecanismo primordial no que tange ao processo de ensino e aprendizagem, tendo a sua relevância diretamente ligada na promoção de atividades espontâneas dos participantes, envolvendo a todos, desenvolvendo a sociabilidade, a autonomia e o estímulo à cognição, por intermédio de atividades desenvolvidas, desafios ou até mesmo em questões que são relacionadas dentro de obstáculos a serem superados no que se refere ao processo do compasso do seu desenvolvimento (Rezende, 2017).

Desse modo, pode-se dizer ainda as questões que são vitais da premissa de que o brincar representa necessariamente uma das atividades mais vitais que a criança executa em sua infância. Por meio de aspectos como a simplicidade e a espontaneidade com que esta criança

organiza as suas ações durante a brincadeira, torna-se possível, interiormente, estabelecer, aprimorar e desenvolver todas as questões que estão relacionadas dentro de estruturas cognitivas, físicas, afetivas e sociais sem as quais o seu desenvolvimento estaria parcialmente comprometido (Capretz, 2012).

Desse modo geral, há de salientar que a ludicidade é um campo fundamental que possibilita diretamente o estudo e relação da criança com o mundo externo, integrando de uma forma complexa os estudos específicos sobre a importância do lúdico na contextualização da formação da personalidade. Nesse sentido, é fundamental destacar ainda que, por meio da atividade lúdica e do jogo, a criança desenvolve conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções, faz estimativas que sejam assim compatíveis com seu crescimento físico e desenvolvimento. Além disso, o mais importante: vai se socializando.

Nisto, destaca-se que o parecer psicopedagógico possui a função de contribuir na identificação do nível de comprometimento cognitivo do aprendente, bem como o seu potencial para a aprendizagem, além de contribuir de forma direta nos aspectos que compõem a atuação no levantamento do mapa dos conhecimentos já adquiridos por intermédio do sujeito e o que é capaz de realizar com e sem o auxílio de outras pessoas.

Entretanto, vários ainda confundem o parecer psicopedagógico com um diagnóstico de patologias. Sendo assim, destaca-se que o psicopedagogo é um profissional fundamental e que pode até detectar indícios de patologias, mas, nesses casos, necessita constantemente realizar um processo geral de encaminhamento que seja dentro de uma contextualização principal direcionado a um médico especialista da área para que assim se tenha verdadeiramente a comprovação por intermédio de exames precisos para que assim possa conseguir identificar este tipo de transtorno.

Conforme o exposto, pode-se dizer que é no ambiente escolar que este TDAH vem sendo evidenciado, mediante o fato em que o alunado passa um bom tempo de sua rotina no âmbito escolar, até mesmo, mais do que no convívio familiar (Grassi, 2019). Por isso, há de ressaltar que os professores conseguem perceber de tal forma, comportamentos os quais possam demonstrar a evidência desse transtorno, em que busca exemplificar questões que antes eram tratadas nas escolas como inquietude, indisciplina ou distração passarem a ser associadas à investigação multiprofissional no contexto escolar.

Entretanto, é importante ressaltar que pais e professores preferencialmente são as primeiras pessoas a observarem os sintomas de TDAH, costumeiramente essas crianças são adentradas no âmbito do ensino regular e lá passam por dificuldades diversos, mesmo que se esforcem ao máximo para se desenvolverem, elas não conseguem acompanhar o ritmo da turma (Oliveira, 2009).

Neste contexto, se torna crucial ressaltar a necessidade em que o docente possa compreender a importância que a ludicidade por meio do brincar e dos jogos voltados para esta área, são vitais que se tenham estímulos no contexto do processo ensino/aprendizagem, entendendo assim o real objetivo que este possui, de tal maneira, ao utilizá-lo em sua prática na sala de aula.

Com base nesta premissa, é importante exemplificar que o jogo é considerado um dos mecanismos cruciais para que se possa trabalhar na educação infantil, analisando assim a amplitude da matemática, explorando assim as ações, dentro de um período bastante propício da vida de cada indivíduo, pois marca necessariamente o começo de toda uma existência, é quando a mente da criança está de forma ativa e a imaginação transita de maneira direta por seu mundo fictício.

Por fim, compreende-se que a intervenção é realizada por intermédio dos profissionais psicopedagogos, que em casos de algum tipo de desempenho fraco na escola, um método no qual auxilia diretamente no âmbito da melhoria proporcionada aos indivíduos como uma relevância abrangente nas suas dificuldades, as quais fazem um bloqueio perante a assimilação do conteúdo ensinado. Nisto, destacando que atua de forma direta no que tange aos principais aspectos que são concernentes no processo de aprendizagem da criança ou adolescente e é estrategicamente preparada mediante as dificuldades que existem por cada ser humano (Capretz, 2012).

3.2 A importância da socialização para indivíduos com necessidades especiais no âmbito escolar

A socialização é o processo pelo qual uma pessoa se integra ao grupo em que nasce, adotando seus costumes e valores distintivos. O processo de socialização começa após o nascimento e se estende por toda a vida, sendo principalmente mediado pela família, além de outros agentes próximos, como a escola e os meios de comunicação.

Para Ropoli (2010):

Para que haja inclusão, é imprescindível que haja pontos específicos acerca do aprendizado, o que nos obriga assim a compreender da melhor forma possível e dessa forma conseguir reavaliar nossos conceitos acerca do currículo. Neste contexto, ressaltando necessariamente que este não deve ser limitado às vivências acadêmicas, mas deve ser expandido para todas as experiências que contribuam para o progresso dos estudantes, sejam eles normais ou especiais. Portanto, pode-se argumentar também que as tarefas cotidianas podem se transformar em um currículo e, em certas situações, podem ser consideradas "os conteúdos" a serem ensinados na atualidade (Ropoli, 2010, p. 90).

Diante de tal situação, compreende-se que a inclusão escolar, garantida por lei, é vista de uma forma essencial para todos. Portanto, é vital destacar que a criança com algum tipo de transtorno, ao ingressar na escola regular, terá as questões relacionadas na oportunidade de interagir com outras crianças, aprimorando assim aspectos que sejam cruciais, dentro de uma perspectiva geral mediante as questões relacionadas dentro de sua linguagem e sua interação social, já que a escola será o seu primeiro contato com a sociedade.

Portanto a inclusão escolar é de total importância para o indivíduo com autismo, é um direito que eles têm, um direito garantido não só para eles como para todos que estão inseridos no âmbito escolar. Nisto, pode-se dizer que o social faz com que a pessoa se desenvolva da melhor forma, assim ajuda diante das suas dificuldades, onde vai se sentir confortável e bem mediante as suas atitudes (Belisário Filho; Cunha, 2016).

A educação inclusiva e a formação pedagógica são muito importantes para garantir que tenham acesso a uma boa educação e oportunidades, contribui também para uma sociedade justa e igualitária onde todos tem seus direitos garantidos e tem a oportunidades de aprender, crescer e sim com inclusão e desenvolver juntos sem exclusão e sim inclusão.

Para Durkheim, a socialização é o processo pelo qual os indivíduos aprendem as normas, valores e crenças de uma sociedade, permitindo que eles se integrem e participem ativamente da vida social. O interagir com o outro também ajuda no aprendizado efetivo, tanto de conteúdo quanto de habilidades, além de sustentar valores éticos relevantes para o desenvolvimento moral do indivíduo (Lucena, 2010).

Nesta perspectiva, cabe destacar que estudos estiveram ressaltando que a escola possui uma função primordial para o processo social, desenvolvendo as capacidades cognitivas auxiliando a criança entender que têm um mundo social. Nisto, exemplificando que este processo inicia no contexto do nascimento, propício a mudanças e permanecendo mediante as suas prospeções ao ciclo vital.

Diante disso, compreende-se que a interação social possibilita de forma direta que os estudantes com algum tipo de transtorno, desenvolvam a capacidade de entender e lidar com as próprias emoções, bem como com as questões relacionadas no âmbito das emoções dos outros, o que se torna essencial para as situações do desenvolvimento emocional. Acerca disso, pode-se constatar que o trabalhar no cotidiano as competências sócio emocionais com criança autista favorece de maneira progressiva com a sua evolução social (Belisário Filho; Cunha, 2016).

3.3 O Papel dos Pais no apoio a criança com necessidades especiais

Muitas das vezes os desafios enfrentados não são fáceis, mas os pais no momento dos desafios encontrados precisam entender os desafios da comunicação e das intervenções sociais, assim poderá ajudar da melhor forma a criança.

Tanto os profissionais quanto os pais têm um papel muito importante na nova face, pois é o momento em que a família demonstra a necessidade de informação e apoio. São pessoas importantes ao ajudá-la a identificar e a compreender as necessidades desse filho e qual seu real papel enquanto família e, principalmente, a descobrir como pode contribuir com o tratamento adequado, dando continuidade às propostas de intervenção que cada profissional estabelece como objetivo, objetivo esse que vai proporcionar o melhor desenvolvimento para a criança.

Eles podem fornecer apoio emocional e criar também um ambiente seguro e acolhedor

para a criança, depois de um dia vivendo no ambiente escolar. É uma parceria importantíssima família e escola para essas crianças. Os pais precisam dar continuidade domiciliar ao trabalho que é feito nas escolas, sabendo que realmente é algo desafiador.

É importante que os pais estejam também interagidos na escola a qual o seu filho esteja participando da melhor forma das reuniões e intervenções feitas pela educadora e os demais profissionais, a participação ativa dos pais também nas terapias solicitada como fonoaudiologia, as terapias ocupacionais, sempre é importante os estímulos em casa, assim vai promover uma aprendizagem e o desenvolvimento melhor. No desenvolvimento das crianças os pais precisam também encontrar um equilíbrio, controlar também suas emoções e incentivar a autonomia delas, é importante que a família esteja atenta à legislação e aos direitos da criança com necessidades especiais, os pais diante do ajudá permite também desenvolver suas habilidades (Menezes, 2012).

Nisto, exemplificando também que um ambiente agradável e adaptado para a criança consegue trazer diversos benefícios para que haja necessariamente a compreensão dos seus sentimentos e queixas, como também a sua maneira ímpar de se comunicar. De tal modo, há de ressaltar também que facilita diretamente que a sua rede de apoio, possa assim lidar bem melhor no que tange às situações adversas.

Por fim, é salutar dizer que sempre é importante argumentar a necessidade geral dos pais estarem atentos ao comportamento dos filhos, na certeza que eles podem fazer toda a diferença na vida deles.

3.4 A Educação Inclusiva e os desafios da escola

Diante da perspectiva educacional a qual está voltada e direcionada para o âmbito geral no que condiz acerca da inclusão de pessoas com deficiências (PCD) o qual sempre esteve passando por diversas mudanças e amplos debates, os quais buscam proporcionar uma reflexão geral acerca das novas possibilidades que possuem dentro do processo geral de ensino e aprendizagem (Pires, 2016).

Neste contexto, vale ressaltar que a educação inclusiva envolve não somente uma conscientização geral por parte das escolas e instituições de ensino, sendo necessário que haja também uma reestruturação social, onde a sociedade como um todo deixe de enxergar as pessoas com deficiência – PCD, como pessoas que sejam incapacitadas ou limitadas, procurando ter esse novo olhar para as possibilidades e competências gerais de cada indivíduo, encontrando assim alternativas que sejam viáveis e que possa contribuir diretamente no desempenho geral do seu papel social.

Sendo assim, é válido destacar a existência da ausência de conhecimento por parte dos professores e profissionais que trabalham em sala de aula, atribuída devido a uma falta de treinamento e capacitação sobre um determinado assunto, sendo essa uma das principais barreiras encontradas à inclusão (Pires, 2016).

Nota-se, porém, que a intervenção pedagógica adequada é um dos importantes passos que podem ser utilizados para que haja uma educação inclusiva. Sendo fundamental que haja todo um suporte adequado e necessário aos pais e aos profissionais da determinada área, buscando estratégias educacionais que possam fomentar o aprendizado, se ajustando o ensino à real necessidade do aluno também como uma maneira eficaz e eficiente no que se refere ao processo de provimento da educação inclusiva.

Chiote (2023) nos instiga a verificar de que maneira a criança com necessidades especiais é compreendida no espaço escolar, visto que vem acompanhada de atitudes e comportamentos imprevisíveis, levando o professor a reconhecer que as estratégias convencionais para estabelecer contato não funcionam, e que estão diante de um desafio para articular seu programa de ensino, de modo a envolver seu aluno com autismo que tem peculiaridades para processar a aprendizagem.

Sendo assim, torna-se possível compreender que a escola inclusiva necessita ser aquela à qual implica num sistema educacional que reconhece e atende as diferenças individuais, conseguindo dentro de um processo geral respeitar as necessidades básicas de todos os alunos.

3.5 Contribuição Docente no Desenvolvimento da Criança Autista

Esse tópico, estará tratando acerca da contribuição existente através do docente com base no crescimento e desenvolvimento de uma criança autista. Com base nesse contexto de origem e evolução histórica acerca do autismo, analisando também os comportamentos, os quais caracterizam um autista.

Haverá uma busca nesse tópico por uma reflexão geral sobre o papel que a escola e o professor, exercendo dentro deste contexto, o qual concerne no processo geral pela identificação e em todo o acolhimento desses alunos com o objetivo e a finalidade de meios de socialização com o surgimento e trabalho de atividades pedagógicas que sejam adequadas para a criança com necessidade especial.

Logo de início, é importante consideramos que um dos objetivos da escola, está vinculada diretamente com o processo acerca dos primeiros anos da vida escolar, estando correlacionado com a socialização das crianças, tendo em vista que este é o primeiro momento em que as elas têm início no âmbito geral de socialização de uma maneira direta e construtiva com outras crianças e pessoas que não fazem parte do seu âmbito familiar. Nesta perspectiva, constata-se que a escola se torna um espaço primordial para as crianças autistas, já que elas possuem certa dificuldade no que se refere ao âmbito de socialização (Ropoli, 2010).

Dessa maneira, é importante ressaltar que a escola pode estar contribuindo de maneira direta, sendo fundamental para que a criança venha estabelecer um convívio social. Assim concorda Silva (2018) ao argumentar que:

A vida escolar é muito especial e todos possuem o direito de vivenciar essa tal

experiência. Afinal, é na instituição de ensino que se aprende a passar por uma convivência em um determinado grupo, a se socializar, trabalhar em equipe, conviver com determinadas diferenças: sendo assim os primeiros passos rumo à vida adulta (Silva, 2018, p.74).

As limitações que são atribuídas a uma criança autista, no entanto, não são empecilhos para que as mesmas possam ser alfabetizadas. Dentro deste contexto geral, compreende-se que esse processo é real e para que seja possível se faz necessário que o professor esteja totalmente inteirado acerca das técnicas e melhores métodos que sejam adequados para esse determinado aprendizado vir a ocorrer (Menezes, 2012).

Sendo assim, constata-se que a inclusão escolar diz respeito a uma nova realidade, com base em atitudes que estejam vinculadas com relação às ações que possam vir a permear dentro do âmbito escolar, tendo como um dos princípios fundamentais que haja o acesso necessário à educação para todos os indivíduos, independentemente de este ser ou não do público-alvo da educação especial (Chiote, 2023).

Segundo a Cartilha dos Direitos da Pessoa com Autismo (2011), a inclusão escolar é:

É uma política a qual procura perceber e atender às reais necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas regulares, dentro do sistema geral ensino, de forma que haja o provimento da aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Dentro da proposta organizacional de educação inclusiva todos os alunos necessitam ter a possibilidade de integração ao ensino regular, mesmo aqueles que venham a possuir deficiências ou até mesmo transtornos de comportamento, de preferência sem que haja uma defasagem da idade-série. Dentro deste contexto, a escola, segundo essa proposta, deverá se adaptar para que possa vir a atender às necessidades destes alunos que estão inseridos em classes regulares. Portanto, requer mudanças significativas no que se refere a toda estrutura e funcionamento escolar. Além disso, há uma necessidade geral no que condiz com a formação e capacitação dos seus professores, como também nas relações família-escola (São Paulo, 2011, p. 11).

Há de salientar também que durante a fase correspondente ao processo de inclusão, é de primordial que a escola venha considerar as especificidades de cada aluno seja ele público-alvo da educação especial ou não, de tal forma que possa garantir assim o acesso, a interação, tolerância e os respeito necessário às diferenças (Pires, 2016).

Mas cabe ressaltar o que Chiote (2023) aponta:

Incluir a criança com autismo vai muito além de colocá-la em uma escola regular, em uma sala regular; é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, constituindo, assim, o sujeito como um ser que aprende, pensa, sente, participa de um grupo social e se desenvolve com ele e a partir dele, com toda sua singularidade (Chiote, 2023, p. 21).

Diante deste contexto, é salutar dizer que a escola, como instituição de ensino, é

primordial para todas as crianças, pois é nela que se consegue aprender a viver e conviver em sociedade. Nisto, pode-se afirmar ainda que existe a necessidade geral em que todas as crianças devem ter esse verdadeiro acesso para que se possa aprender a conviver com essas determinadas diferenças, tornando necessária a participação fundamental de crianças autista dentro de ambientes como esse no âmbito escolar.

4 Resultados e discussão

Com base nisso, é importante ressaltar ao trazer os resultados e discussão, onde pode reforçar que o campo psicopedagógico é responsável direto pelo mapeamento de informações e estratégias facilitadoras no processo de aprendizagem e seus principais desafios, podendo assim favorecer no âmbito da recuperação das habilidades cognitivas, emocionais, sociais, procurando dessa maneira buscar alternativas viáveis que possam alcançar o sucesso nos diversos contextos em que atua.

A escola é um ambiente privilegiado para atuarmos como agentes inclusivos, comprometidos com uma pedagogia que possa ensinar a todos em igualdade de condições, oferecendo ferramentas e metodologias eficazes para garantir a aprendizagem dos alunos. Precisamos entender que a diferença vem nos mostrar novas formas de ver o mundo e nos ajudar a desenvolver práticas pedagógicas inovadoras.

É fundamental reconhecer os desafios e práticas pedagógicas para a criação de estratégias eficientes e para fomentar a inclusão dessas crianças no ambiente escolar. A constatação de que essa questão ainda é pouco investigada no âmbito educacional ressalta a urgência de uma atenção e investigação focadas neste grupo específico de estudantes. Ademais, a falta de literatura específica sobre o tema revela um vazio de conhecimento que pode afetar adversamente o trabalho dos educadores. A ausência de dados específicos pode complicar a elaboração de estratégias pedagógicas adaptadas e personalizadas, tornando o desafio da inclusão ainda mais intrincado.

No processo geral que é compreendido, por intermédio das ações que são correspondentes em meio a relação professor e aluno, Braga (2018) consegue exemplificar alguns pontos que sejam cruciais para que muitos docentes, conseqüentemente possuem uma visão comprometida da criança autista, através da condição de julgar a condição do sujeito sem que haja necessariamente um conhecimento prévio acerca da temática proposta, ou seja, utilizando de um estereótipo em que o sujeito não tem capacidade vital de desenvolver o seu referido potencial para as atividades que necessitam serem utilizadas.

Diante disso, há de ressaltar por meio destas características, onde se torna fundamental evidenciar que o papel da gestão democrática e participativa está atrelado diretamente nas situações propostas, para que se tenha assim a viabilização das propostas educacionais inclusivas. Num contexto geral do aspecto da inclusão, pode-se constatar ainda que a gestão deve proporcionar mecanismos que sejam cruciais para que possa assim trazer os recursos

necessários para alcançar uma verdadeira inclusão, por meio de profissionais adequados para tal função, analisando as principais características, perfis de cada aluno, conforme as especificidades.

O docente é visto literalmente como uma peça crucial no que se refere ao processo de contextualização, apoio no âmbito geral do diagnóstico e tratamento de alunos que possuem transtorno mediante a sua aproximação e nos aspectos que estão relacionados a rotina com os alunos e por ter contato de forma direta com alunos de níveis e comportamentos diversos, o que permite diretamente o processo no âmbito da identificação e comportamentos distantes de uma maioria.

Aguiar (2021) destaca também que é fundamental ressaltar que todas as pessoas são distintas, cada uma vivenciando experiências únicas, interagindo de maneira particular com o meio social, recebendo uma educação e cultura específicas de acordo com o ambiente em que vivem e possuindo diferentes tipos de inteligência. Diante deste contexto, é importante ressaltar que é por intermédio dessa abundância de diferenças que as pessoas são consideradas seres históricos e sociais, capazes de utilizar assim as questões relacionadas com as suas melhores inteligências tanto dentro quanto fora da sala de aula, tendo as prospecções mediante a capacidade de mudar o mundo e transformar a sociedade.

Com base nisso, o ato lúdico é envolvido com o modo de brincar, jogar, fazer pinturas, entre outras ações e atividades as quais possam ser constituídas dentro de algo natural e universal de cada indivíduo. Mediante as questões destacadas, é possível ressaltar ainda que essas ações são vitais e proporcionam assim de tal modo, alegria, diversão e prazer para todos aqueles que estão dentro deste tipo de atividade, além de favorecer de maneira direta e relevante para o desenvolvimento físico, intelectual, emocional, social do sujeito. Nisto, exemplificando de forma direta que essas ações lúdicas são cruciais e que se fazem presentes em todas as classes sociais, onde que essas crianças de diversas faixas etárias possam brincar tranquilamente e se divertir por meio da ludicidade no contexto do processo de ensino e aprendizagem inclusiva.

5 Considerações

A inclusão tem um impacto positivo na vida de todas as pessoas. Pois, quando incluem alguém, ele sente que tem valor e respeito e se sente acolhido na instituição. Assim, isso aumenta a autoestima e a confiança. Isso permite, ainda mais, que as pessoas aprendam com as diferenças, criem empatia e se tornem mais tolerantes. Em relação à inclusão deste estudante no ambiente escolar, nota-se os desafios que os professores enfrentam, mas também as estratégias que podem ser implementadas no contexto escolar.

É importante destacar que a educação inclusiva não é fácil e não é tão simples, pois precisa da mudança de mentalidade para lidar com a diferença do outro, por tanto é preciso que todos do âmbito escolar esteja preparado para fazer a diferença, onde todos serão importantes para o a permanência e desenvolvimento dos alunos atípicos ou não, de forma que possa a

respeitar as individualidades e as potencialidades.

Nesta perspectiva lúdica, pode-se dizer também que a utilização dos referidos mecanismos são favoráveis, pois contribuem diretamente nos aspectos que são correspondentes do processo correlacionado à concentração e na atenção dos alunos, como também conseguir que possam ter um estímulo direto no âmbito do raciocínio lógico e assim conseguir de tal modo que possa controlar as questões que estão voltadas para a impulsividade.

Referências

AGUIAR, Stephanie Barreto Silva. **Representações sociais do aluno com deficiência: um estudo com professores do Ensino Médio**. Mestrado em Psicologia. Universidade de Fortaleza: Fortaleza, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11363521 Acesso em: 02 Dez. 2025.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016.

BRAGA, D. S.; PEREIRA, I. A. M. **Políticas públicas de formação de professores e educação a distância: um caminho para o cumprimento do PNE**. Jornal de Políticas Educacionais. V. 14, n. 33. Julho de 2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 Dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 02 Dez. 2025.

CÁCERES, M.E.S. **Educação Inclusiva: Concepções dos professores da rede regular de ensino**, 2019. Tese (Pós-graduação em educação especial) – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, São Paulo.

CAPRETZ, Nancy. **Problemas e Distúrbios da Aprendizagem**. Departamento de Pós-Graduação e Extensão. Valinhos, SP: Anhanguera Educacional, 2012.

CARTILHA DIREITO DAS PESSOAS COM AUTISMO. **Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, 2011, p.7-8. Disponível em: <https://www.revistaautismo.com.br/CartilhaDireitos.pdf>. Acesso em: 08 Dez. 2025.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da Criança com autismo na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Wak, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas, v. 6. São Paulo/SP, 2019.

GRASSI, T. M. **Psicopedagogia: um olhar, uma escuta**. Curitiba: Ibplex, 2019.

JONES, M. **Hiperatividade: Como Ajudar Seu Filho**. São Paulo: Plexus, 2018.

LUCENA, Carlos. O pensamento educacional de Émile Durkheim. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.40, p. 295-305, dez.2010.

MENEZES, A. R. S. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Vanusia Alves. **O TDAH e o desempenho escolar: um estudo de caso**. Universidade Federal da Bahia, Salvador – 2009.

PIRES, José. **Caminhos para uma educação inclusiva: políticas, práticas e apoios especializados**. João Pessoa: Ideia, 2014.

QUEIROZ, M. M. **TDHA no contexto escolar: possíveis metodologias para o ensino da matemática**. Ano, 2021.

REZENDE, Daniele. **A importância da ludicidade na educação especial inclusiva**. Pedagogia em Ação, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, 2017.

ROGERS, S. J. **Autismo: Compreender e agir em família**. Lisboa. 2015.

ROPOLI, E. A. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** / Edilene Aparecida Ropoli *et.al.* - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, A. B. B. **Mundo Singular - Entenda o Autismo**. Rio de Janeiro. ED. Fontanar, 2018.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal**. São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

Recebido em: 15 de julho de 2025

Publicado em: dezembro de 2025